

14 artigos, 11 parágrafos e 16 itens: eles podem nos garantir vida mais saudável.

**Roberto Messias,
secretário nacional de Meio Ambiente,
garante: o anteprojeto é plenamente
aplicável, na prática.**

O secretário nacional de Meio Ambiente, Roberto Messias, disse que a primeira providência da Sema após a promulgação da nova Constituição será solicitar ao Congresso Nacional que acione as Forças Armadas. Missão: defender a região do Pantanal contra a espoliação e o uso indiscriminado de mercúrio pelos contrabandistas na exploração do ouro e que estaria poluindo as águas dos rios provocando a mortandade de peixes.

Claro, isso depende de aprovação do artigo 42 do anteprojeto referente ao capítulo do meio ambiente aprovado pelo relator da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Meio Ambiente e Ecologia da Constituinte, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), no momento sendo apreciado pela Comissão de Ordem Social. Roberto Messias considerou "perfeito" o espírito do relatório e "plenamente aplicável na prática" seu conteúdo de 14 artigos, 11 parágrafos e 16 itens.

O secretário da Sema anunciou para o Dia Mundial do Meio Ambiente — 5 de junho — a aprovação pelo presidente José Sarney de um decreto criando mais três estações ecológicas no País: em Carijós, no litoral de Santa Catarina; nas ilhas Tupirambas, no Sul de São Paulo; e em Pirapitinga, na barragem mineira de Três Marias. Em 19 Estados já existem estações ecológicas e estas novas três, segundo Messias, protegerão três importantes ecossistemas brasileiros.

Ainda como parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente estarão reunidos no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, representantes de todas as entidades ligadas ao setor, além do ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, para um amplo debate sobre o capítulo ecológico que constará da Constituição brasileira e a primeira investida do

Ministério para manutenção do texto. Com este mesmo objetivo, estarão reunidos dia 17 os representantes do Conama — Conselho Nacional do Meio Ambiente: eles pretendem fazer um pacto e trabalhar em torno da manutenção dos avanços do setor conseguidos até agora pelo relatório de Carlos Mosconi.

Disse Messias que vai propor nesse dia uma homenagem pública à atuação do deputado Fábio Feldmann (PMDB/SP) na elaboração do capítulo do meio ambiente da Constituinte. O parlamentar foi eleito pelo movimento ecológico de São Paulo, e no entender do secretário da Sema a história do País ficará devendo muito a Feldmann por seu brilhante trabalho em favor da ecologia.

Um dos maiores avanços do anteprojeto, segundo Roberto Messias, está contido no artigo 40: "A União, os Estados e os municípios podem estabelecer limitações e restrições legais e administrativas relacionadas à proteção ambiental e à defesa dos recursos naturais, mesmo no caso de já haver dispositivo regulando a matéria, para suprir as suas lacunas ou deficiências ou para atender os interesses nacionais, regionais e as peculiaridades locais, desde que não dispensem ou diminuam as exigências anteriores". O secretário da Sema destacou que hoje só a União tem este direito, o que considera "uma grande falha" — que poderá ser coberta com a extensão das mesmas atribuições também aos Estados e municípios conforme prevê o artigo 40 do anteprojeto de Mosconi.

O artigo 45 do anteprojeto também foi considerado "excelente" por Messias, ao ressaltar que a Sema luta há muito tempo por isso. O artigo prevê: "Fica criado o tributo de conservação e reposição do meio ambiente, cobrado de toda pessoa física ou jurídica que utili-

ze ou explore recursos ambientais de qualquer natureza, com finalidade de lucro". Ele também louvou o parágrafo 2º deste artigo que dispõe sobre a alocação mínima de 1% das receitas da União, Estados e municípios para preservação e recuperação do meio ambiente, observando que a cobrança dessa taxa hoje é inconstitucional.

O artigo 46 também mereceu elogios do secretário da Sema. Ele declarou que a melhor coisa que se pode fazer na área ecológica é criar um foro "constituído na forma de colegiado, onde estarão representadas as associações ambientais de âmbito nacional, com pelo menos um terço de votos, para integrar os órgãos de direção das instituições públicas do setor".

E a proposta de isenção de qualquer tributo às propriedades florestais, naturais, científicas, arqueológicas, históricas ou artísticas, reconhecidas como de interesse municipal, estadual ou internacional — artigo 47 do anteprojeto — também mereceu destaque de Roberto Messias, com uma ressalva: desde que isso seja registrado e gravado juridicamente com tutela para evitar especulações e permitir sua reversibilidade.

Sob a alegação de que o Brasil é um país que precisa de alguns bilhões de árvores a mais, o secretário da Sema preferiria que o artigo 48 — fruto de proposta apresentada pelo constituinte Paulo Macarini (PMDB-SC) — determinasse o plantio de "no mínimo 100 árvores por habitante a cada 6 anos, e não 4 conforme prevê o anteprojeto. Nesse sentido, Messias observou que 70% da Alemanha é verde, área adquirida após a guerra, o mesmo ocorrendo no Vietnã. O que ainda salva o Brasil é a Amazônia e o Pantanal, responsáveis por 60% do verde do País. Daí a necessidade de sua preservação, segundo alertou Messias.

Esta é a única secretaria gerada por um movimento social, e como tal espero vê-la criticada quando necessário, mas também aplaudida quando for o caso.

Dirigido às entidades ambientalistas, o recado foi repetido várias vezes neste sábado pelo secretário Jorge Wilhelm, durante um encontro bastante especial na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: a discussão pública dos planos da pasta para os próximos quatro anos.

Cerca de 20 entidades estiveram desde a manhã até o entardecer no auditório da secretaria, na avenida Adolfo Pinheiro, em Santo Amaro, ontem. E, de saída, os interlocutores de Wilhelm demonstraram ter dúvidas sobre a validade de a política ambiental de São Paulo ser regida pela "política de desenvolvimento ecologicamente sustentado", como pretende Wilhelm, ao invés de unicamente pela "ética preservacionista".

Mas o próprio secretário não hesitou — e acolheu — a sugestão dos ambientalistas que querem uma ampla discussão pública em torno dos Relatórios de Impacto Ambiental. Os rima são aprovados ou não pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), do qual o secretário do Meio Ambiente é o presidente. A partir da sugestão deste sábado, antes de analisados pelo Consema, os rima ficarão expostos em local de acesso ao público nas comunidades às quais se referem.

Na prática, o debate promovido pelo secretário sobre a política

Aqui, em São Paulo, uma semana cheia.

ambiental de São Paulo já integrava a programação da Semana do Meio Ambiente. Ela se estenderá até o próximo sábado e será marcada por vários eventos; seu ponto alto será a liberação de Cz\$ 5 milhões para o ajuizamento de ações desapropriatórias de quatro pontos estratégicos da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, no Vale do Ribeira. Os Cz\$ 5 milhões liberados pelo governador Orestes Quércia, nesta quinta-feira, dia 4.

No mesmo dia, um convênio assinado entre a SMA e a Secretaria de Segurança Pública colocará a Polícia Florestal a serviço da primeira. Trata-se em princípio de um gesto simbólico, mas de acordo com Jorge Wilhelm a mudança possibilitará a realização de treinamento especial dos guardas florestais em um contexto que conta também, a partir do dia 4, com a criação do 3º Batalhão da Polícia Florestal Militar.

— Com três batalhões, a Polícia Florestal passa a ter direito a ser comandada por um coronel e não mais por um tenente-coronel — diz o secretário. Muito em breve, ele pretende incentivar a criação de policiamento montado para a fisca-

lização do meio ambiente, no litoral e na Serra do Mar.

Hoje, às 15 horas na SMA, a Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento) entrega o Plano de Sistematização de Tombamento da Serra do Mar às Secretarias do Meio Ambiente e da Cultura. O programa da semana prossegue na quarta-feira, com a assinatura de um convênio com dez prefeituras do Interior, visando à implantação de viveiros e reflorestamento de matas ciliares e mananciais. A solenidade acontecerá às 15 horas, em Pindamonhangaba.

Na quinta-feira, dia 4, além das desapropriações na Juréia-Itatins e o anúncio da criação do 3º BPFM, mais a entrega de 12 kombis e 12 motos para esse policiamento, haverá assinatura do decreto de implantação do zoneamento da APA (Área de Proteção Ambiental) de Ilha Comprida. Também será criado o Parque Ecológico de Campinas, na Fazenda Mato Dentro.

No Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 5, sexta-feira, será lançado na Cetesh às 11 horas o livro "Educação Ambiental-Guia do Professor de 1º e 2º Graus". Para o encerramento da semana haverá no sábado, dia 6, na represa de Guarapiranga, a assinatura de um protocolo entre as Secretarias do Meio Ambiente, Negócios Metropolitanos e Obras e Saneamento para a implantação do Programa de Preservação Ambiental da Bacia e Represa de Guarapiranga. Wilhelm classifica este projeto de ambicioso; mas lembra que 25% da água consumida na cidade de São Paulo é fornecida por Guarapiranga.